



Parecer do Controle Interno SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO CORDEIRÓPOLIS-SP

Relatório Controle Interno – 3º quadrimestre de 2022

Exmo Sr. Presidente

Encaminho para ciência e providências relatório de apurações do Controle Interno desta autarquia, na avaliação da gestão no ano de 2022.

Considerando também alguns pontos da avaliação do tribunal de Contas do Estado de São Paulo ano de 2020, **TC-04168.989.20-0**.

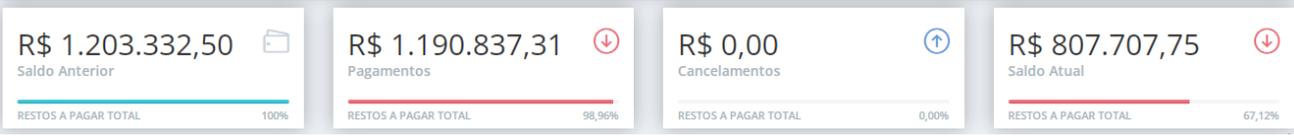
Itens Avaliados	Situação / Apurações	Situação
Execução Orçamentária	<p>De acordo com o comportamento das receitas arrecadadas e despesas empenhadas, foi constatado o resultado orçamentário deficitário na despesa empenhada, liquidada e paga. Com relação ao comportamento da arrecadação de receitas, constatamos uma situação desfavorável, em virtude do déficit de arrecadação. Ao fazer a análise somente das Receitas Correntes constatamos o cumprimento das metas de arrecadação estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, uma vez que o valor arrecadado é superior ao estimado para o período.</p>	Irregular
Avaliação das alterações orçamentárias	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"><div style="border: 1px solid #ccc; padding: 5px; width: 22%;"><p>R\$ 11.400.000,00 ↑</p><p><small>Despesa Fixada</small></p><div style="width: 100%; height: 5px; background-color: #007bff; margin-top: 5px;"></div><p style="text-align: right; font-size: 8px;">100%</p></div><div style="border: 1px solid #ccc; padding: 5px; width: 22%;"><p>R\$ 1.052.000,00 ↑</p><p><small>Suplementação</small></p><div style="width: 100%; height: 5px; background-color: #007bff; margin-top: 5px;"></div><p style="text-align: right; font-size: 8px;">9,23%</p></div><div style="border: 1px solid #ccc; padding: 5px; width: 22%;"><p>R\$ 0,00 ↑</p><p><small>Especial/Extraordinário</small></p><div style="width: 100%; height: 5px; background-color: #007bff; margin-top: 5px;"></div><p style="text-align: right; font-size: 8px;">0,00%</p></div><div style="border: 1px solid #ccc; padding: 5px; width: 22%;"><p>R\$ 4.200.002,00 ↑</p><p><small>Cancelado/Remanejado</small></p><div style="width: 100%; height: 5px; background-color: #007bff; margin-top: 5px;"></div><p style="text-align: right; font-size: 8px;">36,84%</p></div></div> <p>Conforme apresentado no quadro acima, as alterações orçamentárias mediante abertura de créditos suplementares foram na ordem 9,22% e os créditos especiais e extraordinários representaram 0,00% da despesa inicial fixada</p>	Regular



Parecer do Controle Interno

SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

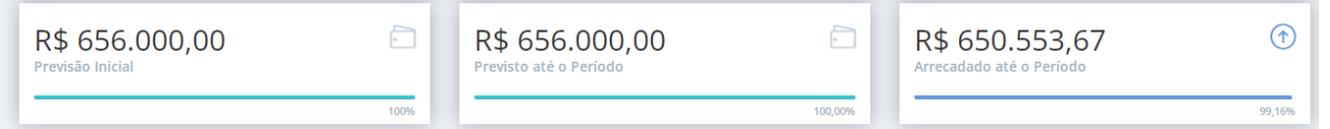
CORDEIRÓPOLIS-SP

<p>Avaliação da execução financeira</p>	 <p>Conclui-se do quadro acima um Resultado Financeiro deficitário, demonstrando que a Autarquia não possui disponibilidade financeira frente as despesas a pagar liquidadas, constatando neste caso que a disponibilidade financeira é inferior as despesas efetivamente realizadas e pendentes de pagamento. Quanto a disponibilidade financeira frente as despesas a pagar LIQUIDADAS e as ainda NÃO LIQUIDADAS, também constata-se um Resultado Financeiro deficitário. Considerando o resultado financeiro apurado, verifica-se que a Autarquia não possui liquidez face aos compromissos de curto prazo, conforme apresentado acima.</p>	<p>Irregular</p>
<p>Avaliação dos restos a pagar</p>	 <p>Constata-se até o período analisado que a diminuição do estoque de restos a pagar, na ordem de R\$ 395.624,75, representou 32,88% em relação ao saldo apresentado no encerramento do exercício anterior. Em outra análise, conforme o demonstrado acima, o valor pago e cancelado representaram até o período, respectivamente, 98,96% e 0% dos restos a pagar, demonstrando que os restos a pagar não foram quitados ao término do exercício. Apurações: apesar de haver quae quitação total dos restos a pagar, ainda há valores em aberto. Recomenda-se verificar o valor em aberto e realizar a quitação.</p>	<p>Regular com recomendações</p>

Parecer do Controle Interno

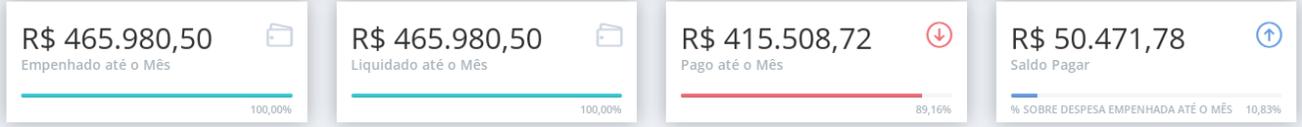
SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CORDEIRÓPOLIS-SP

<p>Precatórios Judiciais</p>	 <p style="text-align: center;">Constata-se até o período analisado que a diminuição da dívida com precatórios judiciais representou 100,00% em relação ao exercício anterior.</p>	<p>Regular com recomendações</p>																														
<p>Avaliação do Portal da Transparência</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">INFORMAÇÕES NO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA</th> </tr> <tr> <th style="text-align: center;">Descrição</th> <th style="text-align: center;">Situação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ações e Programas - Art. 8º, § 1º, inciso V da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)</td> <td>Informação Indisponível</td> </tr> <tr> <td>Despesas Públicas - Art. 48-A, Inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e art. 7º, Inciso II, do Decreto</td> <td>Informação Atualizada</td> </tr> <tr> <td>Despesas com Pessoal / Folha de Pagamento. Art. 7º, §2º, VI, do Decreto 7.724/2012</td> <td>Informação Atualizada</td> </tr> <tr> <td>Estrutura Organizacional - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)</td> <td>Informação Indisponível</td> </tr> <tr> <td>LDO, LOA e PPA - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)</td> <td>Informação Indisponível</td> </tr> <tr> <td>Licitações - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)</td> <td>Informação Atualizada</td> </tr> <tr> <td>Perguntas Frequentes - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)</td> <td>Informação Atualizada</td> </tr> <tr> <td>Prestação de Contas - Art. 48, caput, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000)</td> <td>Informação Indisponível</td> </tr> <tr> <td>Receitas Públicas - Art. 48-A, Inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e art. 7º, Inciso II, do Decreto</td> <td>Informação Atualizada</td> </tr> <tr> <td>Regulamentação da Lei - Art. 45º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)</td> <td>Informação Atualizada</td> </tr> <tr> <td>Relatório de Acompanhamento de Projetos e Execução de Obras Públicas - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei</td> <td>Informação Indisponível</td> </tr> <tr> <td>SIC Serviço de Informação ao Cidadão - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)</td> <td>Informação Indisponível</td> </tr> <tr> <td>Site (requisitos mínimos) - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)</td> <td>Informação Atualizada</td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;">As informações referente às leis 131/2009 e 12.527/2011 constam no site da autarquia disponível em www.saae.cordeiropolis.sp.gov.br, porém algumas informações estão indisponíveis ou desatualizadas, requerendo a atualização por parte da autarquia.</p>	INFORMAÇÕES NO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA		Descrição	Situação	Ações e Programas - Art. 8º, § 1º, inciso V da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Indisponível	Despesas Públicas - Art. 48-A, Inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e art. 7º, Inciso II, do Decreto	Informação Atualizada	Despesas com Pessoal / Folha de Pagamento. Art. 7º, §2º, VI, do Decreto 7.724/2012	Informação Atualizada	Estrutura Organizacional - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Indisponível	LDO, LOA e PPA - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Indisponível	Licitações - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada	Perguntas Frequentes - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada	Prestação de Contas - Art. 48, caput, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000)	Informação Indisponível	Receitas Públicas - Art. 48-A, Inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e art. 7º, Inciso II, do Decreto	Informação Atualizada	Regulamentação da Lei - Art. 45º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada	Relatório de Acompanhamento de Projetos e Execução de Obras Públicas - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei	Informação Indisponível	SIC Serviço de Informação ao Cidadão - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Indisponível	Site (requisitos mínimos) - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada	<p>Regular com ressalvas</p>
INFORMAÇÕES NO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA																																
Descrição	Situação																															
Ações e Programas - Art. 8º, § 1º, inciso V da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Indisponível																															
Despesas Públicas - Art. 48-A, Inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e art. 7º, Inciso II, do Decreto	Informação Atualizada																															
Despesas com Pessoal / Folha de Pagamento. Art. 7º, §2º, VI, do Decreto 7.724/2012	Informação Atualizada																															
Estrutura Organizacional - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Indisponível																															
LDO, LOA e PPA - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Indisponível																															
Licitações - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada																															
Perguntas Frequentes - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada																															
Prestação de Contas - Art. 48, caput, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000)	Informação Indisponível																															
Receitas Públicas - Art. 48-A, Inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e art. 7º, Inciso II, do Decreto	Informação Atualizada																															
Regulamentação da Lei - Art. 45º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada																															
Relatório de Acompanhamento de Projetos e Execução de Obras Públicas - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei	Informação Indisponível																															
SIC Serviço de Informação ao Cidadão - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Indisponível																															
Site (requisitos mínimos) - Art. 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	Informação Atualizada																															
<p>Dívida de Curto e Longo Prazo</p>	<p style="text-align: center;">A entidade não possui dívida consolidada até o período</p>	<p>Regular</p>																														
<p>Avaliação da Arrecadação de Dívida Ativa</p>	 <p style="text-align: center;">Constata-se que a arrecadação da Dívida Ativa representou 99,16% da receita prevista para o exercício, apontando efetividade nas ações tomadas para arrecadação por parte da autarquia.</p>	<p>Regular</p>																														



Parecer do Controle Interno SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO CORDEIRÓPOLIS-SP

Avaliação do Recolhimento com Encargos Sociais	 <p>Conforme demonstrado acima, o valor empenhado, liquidado e pago com encargos sociais representou até o período, respectivamente, R\$ 465.980,50, R\$ 465.980,50 e R\$ 415.508,72. Com relação ao saldo de empenho a pagar até o período, apuramos que o montante de R\$ 50.471,78 representa 10,83% da despesa liquidada no mês. Apuração: Constata-se que a autarquia está recolhendo os encargos regularmente conforme tramitação necessária.</p>	Regular
Despesas com adiantamento	Até o período analisado não há empenhos de adiantamento pendente de prestação de contas	Regular
Relatórios de Alerta TCE-SP	Foi emitido relatório de Alerta pelo TCE-SP referente ao Acompanhamento da Gestão Fiscal da Autarquia nos meses de Setembro sobre a entrega intempestiva das conciliações bancárias mensais e no mês de Outubro quanto a entrega intempestiva dos balancetes isolados conta contábil e conta corrente. Apuração: Recomenda-se realizar a entrega no prazo das informações requeridas pelo TCE-SP no sistema Audesp.	Regular com recomendações
Recomendações referente ao 00004168.989.20-0	<ul style="list-style-type: none">- proceda doravante os procedimentos licitatórios quando o valor de quaisquer de suas despesas assim o exigirem, ou formalize o processo de contratação direta (dispensa e inexigibilidade), se for o caso, levando em consideração as Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021, no que couber;- disponibilize à Fiscalização os documentos requisitados, em especial as fichas financeiras de seus Dirigentes;- envide esforços no sentido de manter ou melhorar o patamar da diretiva referente a “esgoto tratado” no ranking do Programa Município Verde Azul, lançado em 2007 pelo Governo do Estado de São Paulo;	



Parecer do Controle Interno SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO CORDEIRÓPOLIS-SP

	<ul style="list-style-type: none">- empregue os meios necessários para o aumento das cobranças dos débitos inscritos em Dívida Ativa, inclusive, mediante protesto extrajudicial;- realize empenhos com a devida identificação dos cadastros dos fornecedores (CPF ou CNPJ);<ul style="list-style-type: none">- efetue classificação correta para despesas com serviço de energia elétrica;- alimente o Sistema Audesp – Fase IV com as licitações realizadas pela Autarquia, acima de 250 UFESPs;	
--	--	--

Cordeirópolis, 10 de Fevereiro de 2023

Hellen Cristina Rubini Teixeira
Responsável Pelo Controle Interno.